



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO PORTO GRANDE
— Publicado no mural
da PMPG/CÂMARA.**

Em: 01/04/2015

Antonio de Sousa Pereira
Prefeito de Porto Grande/AF

LEI Nº 425/2015

**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE
ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE, ESTABELECE NORMAS
PARA SUA ADEQUADA APLICAÇÃO E DÁ
OUTRA PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Porto Grande, Estado do Amapá, no uso das atribuições legais, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas para a sua adequada aplicação, em consonância com as linhas e diretrizes contidas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º O atendimento aos direitos da criança e do adolescente no Município de Porto Grande será feito mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais caracterizadas como espaços públicos, assegurando-lhes o tratamento com dignidade respeito a liberdade e à convivência familiar e comunitário, assim discriminados no âmbito Municipal:

I- desenvolvimento de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da Criança e do adolescente, em condições de liberdade, respeito e dignidade;

II- desenvolvimento de políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III- execução de serviços especiais que visem;

- a) à prevenção e ao atendimento médico e psicológico às vítimas de negligencia, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) à identificação e a localização de pais, tutores ou responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes desaparecidos;
- c) à proteção jurídico-social por entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º Mediante proposta fundamentada do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, o Município de Porto Grande poderá criar os programas e serviços a que alude o art. 2º desta Lei ou estabelecer consórcio intermunicipal de integração, constituindo entidades voltadas especialmente para essas mesmas finalidades.

Art. 4º As entidades e os órgãos de atendimento, governamentais e não governamentais são responsáveis pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes, em regime de:



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

- I- orientação e apoio sócio familiar;
- II- apoio socioeducativo em meio aberto;
- III- acolhimento institucional;
- IV- prestação de serviço à comunidade;
- V- liberdade assistida;
- VI- semiliberdade;
- VII- internação

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder às inscrições de seus programas, especificando os regimes de atendimentos na forma definida neste art., junto ao CMDCA, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, e do qual fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente.

§ 2º Os serviços especiais visam, dentre outros aspectos;

- a) À prevenção e ao atendimento médico e psicológico às vítimas de negligencia, maus tratos, exploração abuso, crueldade, opressão e substancias entorpecentes;
- b) À identificação de pais, crianças e adolescente desaparecidos;
- c) À proteção jurídico-social

§ 3º As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, que comunicará ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente.

§ 4º será negado o registro à entidade não governamental que:

- I- oferecer instalações físicas em condições inadequadas de habilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II- apresentar plano de trabalho incompatível com os princípios da Lei Federal nº 8.069/90;
- III- constar em seus quadros diretivos pessoais inidôneos, conforme disposições estabelecidas pelo CMDCA em seu regime interno;
- IV- constar de corpo técnico inabilitado, conforme disposições estabelecidas pelo CMDCA em seu regime interno.

Art. 5º O CMDCA é o órgão de deliberação e controle da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente nos termos e disposições contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e nesta Lei.

Art. 6º Os planos de aplicação e as prestações de contas das entidades governamentais e não governamentais serão apresentadas ao CMDCA na hipótese de distinção de verba municipal, na forma consignada no ajuste que formaliza o repasse.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

**CAPÍTULO II
DO CONSELHO TUTELAR
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 7º Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, na proporção de, no mínimo, um para cada 100.000 (cem mil) habitantes, regidos pelas disposições desta Lei, sem prejuízo de outras que com ela não sejam incompatíveis.

Parágrafo Único. Considerando as peculiaridades geográficas locais e para garantir o pleno atendimento à criança e ao adolescente, o município poderá criar mais de um Conselho Tutelar.

Art. 8º para o desempenho de suas funções o Conselho Tutelar receberá apoio material, estrutural e de pessoal da Secretaria Municipal a qual está vinculada administrativamente.

Art.9º cada Conselho Tutelar será composta por 05 (cinco) membros efetivos e no mínimo 10 (dez) suplentes, escolhidos pela comunidade local com domicílio eleitoral no Município, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida nova recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo Único- O Servidor Público Municipal que vier a exercer mandato de conselheiro Tutelar ficará licenciado de seu cargo efetivo, podendo, entretanto optar pela remuneração deste cargo.

Art.10. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será feito de acordo com o estabelecido no art. 19 desta Lei.

§1º - O CMDCA oficiará ao Ministério Público para dar ciência do início do processo eleitoral, em cumprimento ao art.139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º - O VOTO será direto, universal, secreto e facultativo aos cidadãos do Município, em pleito realizado sobre a coordenação e responsabilidade do CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art.11 para a candidatura a membros dos Conselhos Tutelares será exigida a comprovação dos seguintes requisitos:

I- reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, por meio de resolução;

II- idade mínima a 21(vinte e um) anos;

III- residir no Município a pelo menos dois anos;

IV- apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao Ensino Médio;



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

V- pleno exercício de seus direitos políticos;

VI- submeter-se a uma prova de conhecimentos, a ser formulado por uma comissão designada pelo CMDCA;

VII- conhecimento de informática.

Art. 12. O cargo de Conselheiro Tutelar não estabelece qualquer vínculo empregatício entre este e o Município nem o considera integrante dos quadros de servidores da municipalidade.

Art. 13. O exercício efetivo da função de conselheiro, membro do Conselho Tutelar, constituirá serviço Público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 14. Remuneração é o vencimento da função efetiva, acrescida das vantagens pecuniárias estabelecidas nesta Lei.

Art. 15 Os conselhos Tutelares deverão manter instrumentos básicos de registro, entre eles:

I – Livro de atas para a transcrição das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II – ficha de registro de entrada de casos;

III – formulários padronizados para atendimentos de providências pelo SIPIA; e

IV – livro de protocolo para registro de documentos.

Parágrafo Único – todos os atendimentos realizados deverão ser mantidos em arquivo

Art. 16 Constará da Lei Orçamentária de que trata esse artigo terá de prioridade absoluta conforme disposição constitucional.

Parágrafo Único – a previsão orçamentária que trata esse artigo terá prioridade absoluta conforme disposição Constitucional.

**SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 17. São Atribuições do Conselho Tutelar:

I – atender as crianças e os adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 95 e 136, aplicando as medidas constantes do art. 101, I a VII, todos da Lei Federal nº 8.069/90.

II – Atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei federal Nº 8.069/90.

III – Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) Representar junto a autoridades judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a IV, da Lei Federal nº 8.069/90, para o adolescente autor de ato infracional;

VII – Expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimentos e de óbito de crianças ou adolescentes, quando necessário;

IX – Assessorar o poder Executivo municipal na elaboração de proposta orçamentaria para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal;

XI – representar, ao ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII – fiscalizar os órgãos ou entidades governamentais e não governamentais, na forma autorizada pelo art. 95 da Lei federal nº 8.069/90.

**SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA**

Art. 18. Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do art. 147 de Lei Federal nº 8.069/90.

**SEÇÃO IV
DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

Art. 19. De acordo as disposições da Lei Federal 8.069/90, com as alterações introduzidas pela lei federal nº 12.696/12, fica definido que o processo para a escolha dos membros titulares e suplentes do conselho Tutelar obedecerá aos seguintes critérios:

§ 1º. Os conselheiros serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no Município, em eleição realizada sob a direção do CMDCA e fiscalizada pelo Ministério Público;



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

I – O processo de escolha dos membros do Conselho tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês do outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

I – o CMDCA se encarregará de organizar a inscrição a seleção e a condução do processo de votação e apuração, mediante regulamento, garantindo a presença de fiscais que representem os candidatos participantes perante as seções e juntas apuradoras;

II – a convocação para dar início ao processo eleitoral do Conselho Tutelar pelo CMDCA Porto grande deverá ser feita por edital publicada no Diário Oficial do Município, não havendo Diário Oficial, que seja afixado no *atrium* do Fórum de Justiça da Comarca local, por prazo mínimo de 10 dias consecutivos, (6) seis meses antes do dia da data da eleição para escolha dos Conselheiros Tutelares, fixando data, local e horário para a sua realização;

III – a candidatura será individual e sem vinculação partidária;

IV – os candidatos aos Conselhos Tutelares deverão proceder à respectiva perante o CMDCA ou em local por ele indicado, atendidos os requisitos mínimos constantes de arts. 10 e 11, desta Lei;

V – os candidatos inscritos serão submetidos à seleção prévia organizada pelo CMDCA observando o parágrafo único de art. 11 desta Lei, que Constará de:

- a) Prova escrita, em que se avaliarão conhecimentos de português, informática, políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente e cumprimento do estatuto da criança e do Adolescente e da Constituição Federal capítulo da ordem Social;

VI – da seleção prévia a que se refere o inciso V desde artigo caberá recurso, no prazo de cinco dias da publicação do resultado no Diário Oficial do município, ao presidente do CMDCA, que deverá deliberar impreterivelmente até cinco dias após o protocolo de entrada do respectivo recurso;

VII – vencido o prazo a que se refere o inciso VI, o CMDCA publicará no Diário Oficial do Município afixado no *atrium* do Fórum de Justiça da Comarca local a relação definitiva dos candidatos habilitados;

VIII – é vedada a propaganda eleitoral nos veículos e meios de comunicação social, admitindo-se tão somente a participação em debates e entrevistas, situação estas que deverão favorecer todos os candidatos em igualdade de condições;



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

IX – é vedada toda e qualquer propaganda em bens públicos de uso especial, com exceção dos autorizados pelo Poder Público, hipótese em que deverá beneficiar todos os candidatos em igualdade de condições;

X – é vedado o transporte de eleitores aos locais de votação;

XI – é vedado o financiamento de candidaturas por sindicatos, partidos políticos, clubes de serviços, igrejas, associações e qualquer outro tipo de financiamento da mesma natureza;

XII – é vedada a contratação de pessoal para distribuição de material de propaganda do candidato;

XIII – o local de votação será definido pelo CMDCA.

XIV – ao candidatar-se à função de conselheiro Tutelar, membro do CMDCA deverá solicitar imediatamente o afastamento desde conselho;

XV – os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA ouvido o Ministério Público.

Art. 20. As urnas eleitorais, as relações ou listas de eleitores e demais matérias indispensáveis à realização do pleito serão confeccionada e fornecidas pelo Poder Executivo Municipal, em consonância com os modelos especificações e quantidades solicitadas pelo CMDCA.

§ 1º o CMDCA poderá solicitar apoio do TRE e colaboradores na organização, na estrutura e no acompanhamento do processo eleitoral.

§ 2º As eleições poderão ser realizadas por sistema eletrônico, nos termos de regulamentação específica a ser aprovada pelo CMDCA em consonância com as disposições desta Lei

Art. 21. O Conselheiro Tutelar, caso decida pela renúncia da função, deverá comunicar sua decisão com antecedência mínima de trinta dias ao CMDCA.

Parágrafo Único – caberá ao CMDCA efetuar a imediata substituição.

**SEÇÃO V
DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE**

Art. 22. Cada Conselho Tutelar funcionará com cinco membros efetivos.

Art. 23. Convocar-se-á o Conselheiro Tutelar suplente nos seguintes casos:

I – quando as licenças a que faz jus o titular exceder a trinta dias;

II – em caso de suspensão em razão de processo disciplinar, quando prazo for igual ou superior a trinta dias;

III – em caso de renúncia ou morte do Conselheiro tutelar;

IV – em caso de destituição da função do Conselheiro Tutelar;



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

V – em caso de afastamento para o exercício de mandato eletivo;

VI – em caso de afastamento para gozo de férias anuais remuneradas.

Parágrafo Único – findo o prazo, no caso de afastamento, o conselheiro titular reassumirá o cargo imediatamente.

Art. 24. O suplente no efetivo exercício do mandato de Conselheiro Tutelar perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos e deveres do titular.

SEÇÃO VI

DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 25. Ao Conselheiro Tutelar investido em mandato eletivo aplicam-se a seguinte disposição:

I – tratando-se de mandato municipal, estadual ou federal, deverá renunciar ao mandato;

Art. 26. O conselho Tutelar, quando candidato a cargo eletivo deverá licenciar-se sem prejuízo da remuneração, nos termos da legislação federal

**SEÇÃO VII
DOS DIREITOS**

Art. 27. Fica estipulado pelo exercício da função, subsídio mensal, devendo ser reajustado nos mesmos índices de correção concedidos aos funcionários públicos municipais, quando houver revisão geral dos planos de cargos e salários.

§ 1º por não possuírem qualquer vínculo empregatício com o Município e serem agente públicos com mandato eletivo, serão devidos aos conselheiros tutelares além subsídio mensal previsto no caput deste artigo os seguintes direitos:

I – cobertura previdenciária

II – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, devendo ser observada a escolha organizada anualmente pelo colegiado representante do Conselho Tutelar e poderá ser alterada por situações devidamente justificadas.

III – licença-maternidade

IV – licença Paternidade

V – Gratificação natalina

§ 2º. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares e seus suplentes.



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

§ 3º. Tratando-se de agentes públicos para mandatos eletivos temporários, os conselheiros tutelares não adquirem, ao término do seu mandato, quaisquer direitos a indenização, efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

§ 4º Os Conselheiros Tutelares de que trata esta Lei são contribuintes do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Art. 28. Ao Conselheiro Tutelar que se deslocar temporariamente do Município no desempenho de suas atribuições, em missão ou estudo relacionado com a função que exerce, poderá ser concedida, após análise pela administração, além do transporte, diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

Art. 29. O Conselheiro Tutelar que receber diária indevidamente será obrigado a restituí-la de uma só vez, no prazo de 5 (cinco) dias aos cofres público municipal.

Art. 30. Mediante solicitação anterior ou posterior à fato devidamente instruído e devidamente documentado, o Conselheiro Tutelar terá o direito de se ausentar do serviço, sem prejuízo de nenhuma ordem ou natureza, nos seguintes casos:

I – cinco dias consecutivos, contados da data do fato, em razão de:

- a) Casamento;
- b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos e avós;
- c) Pelo nascimento ou adoção de filho, o Conselheiro Tutelar terá direito à licença-paternidade.

II – por um dia, para doação de sangue;

SEÇÃO VIII
DO FUNCIONAMENTO

Art. 31. O Conselho Tutelar funcionará atendendo, por meio de seus conselheiros, caso a caso:

I – das 08:00hs às 14:00hs, de segunda a sexta-feira;

II – a partir das 8:00hs, aos sábados, domingos e feriados, em regime de plantão;

III – a escala de atendimento do plantão, na forma de sobreaviso será distribuída entre os conselheiros tutelares mensalmente, e encaminhada a Secretaria a qual está vinculado administrativamente;

IV – estando de plantão, na forma de sobreaviso, o conselheiro tutelar terá seu nome divulgado, para conhecimento da escala e acompanhamento.

Parágrafo Único – A escala de atendimento de que trata o inciso III deverá respeitar obrigatoriamente, o rodízio dos 5 (cinco) Conselheiros, sendo um a cada plantão.



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

Art. 32. Ao procurar o Conselho Tutelar, o interessado será atendido por um membro deste, que, se possível, acompanhará o caso até o encaminhamento definitivo.

Parágrafo Único – Nos registros de cada caso e os casos acompanhados deverão ser compartilhados com os colegas em reunião ordinária ou extraordinária para o conhecimento dos casos sendo que todo relatório será assinado pelo colegiado, deverão constar, em síntese, a denúncia e as providências tomada e a esses registros somente terão acesso os Conselheiros Tutelares, ressalvada requisição judicial ou ministerial.

Art. 33. São deveres dos Conselheiros Tutelares:

- I – exercer com zelo e dedicação suas atribuições;
- II – observar e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- III – atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
- IV – zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- V- manter idoneidade moral compatível com a natureza da função que desempenha;
- VI- guarda sigilo sobre assuntos de que tomar reconhecimento com exceção para as autoridades constituídas, quando necessário;
- VII- ser assíduo e pontual;
- VIII- tratar as pessoas com respeito;
- IX- apresentar os casos atendidos e as providencias tomadas para referendo do colegiado do Conselho Tutelar;
- X- respeitar a decisão do colegiado do Conselho Tutelar quanto à aplicação das medidas de proteção e demais deliberações;
- XI- participar e integra-se aos grupos de trabalho, comissões e redes de discussão e ações voltadas ao atendimento, proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente;
- XII- interferir no exercício do poder familiar quando os direitos e deveres dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente estiveram sendo descumpridos.
- XIII- registrar todos os atendimentos levados ao conhecimento do Conselho Tutelar no SIPIA, devendo tais informações ser atualizadas no prazo máximo de até uma semana, sob pena de incidir nas penalidades do art. 40 desta Lei;
- XIV- o membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

SEÇÃO IX



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE
DAS PROIBIÇÕES**

Art.34. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

- I- ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo por necessidade do serviço;
- II- não ser localizado estando de plantão;
- III- recusar dá fé a documento público;
- IV- opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- V- entrega à pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que não seja de responsabilidade dela;
- VI- proceder de forma desidiosa, recusando-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso, no exercício de suas atribuições, quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;
- VII- valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VIII- receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;
- IX- deixar de comparecer ou fazer parte, sem motivação, de grupos de trabalho, comissões e redes de discussão e ações voltadas ao atendimento, proteção e garantia de direitos da Criança e adolescente;
- X- utilizar o espaço físico da sede do Conselho para fazer qualquer tipo de promoção pessoal ou de terceiros;
- XI- fazer propaganda político-partidária no exercício das suas funções;
- XII- romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;
- XIII- exceder-se no exercício da função, de modo a exorbitar suas atribuições, em abuso de autoridade;
- XIV- promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- XV- o membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar;
- XVI- a responsabilidade pelo uso, e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar.

**SEÇÃO X
DA ACUMULAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE**



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

Art.35. É vedada a acumulação remunerada da função de Conselheiro Tutelar com qualquer atividade remunerada da função de Conselheiro Tutelar com qualquer atividade remunerada, pública ou privada, inclusive com cargo, emprego ou função, salvo as prevista na constituição federal.

Art.36. O Conselho Tutelar responde Civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da sua função.

DO IMPEDIMENTO

Art. 37. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

I- a situação atendida envolve conjugue, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II- for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III- algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu conjugue, companheiro ainda que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV- tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados;

§ 1º o membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo

§ 2º o interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

**SEÇÃO XI
DAS PENALIDADES**

Art.38 são penalidades disciplinares aplicáveis aos membros dos Conselhos Tutelares:

I- advertência;

II- suspensão não remunerada de um a três meses;

III- destituição da função.

Art. 39. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou o serviço pública, os antecedentes no exercício da função.

Art.40. A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação das proibições constantes dos incisos I, II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI do art. 34 desta Lei ou de não observância de dever funcional constante na Lei Federal nº 8.069/90, no regulamento ou nas normas internas de Conselho Tutelar que não justifique imposição de penalidade mais grave.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

Art. 41.a suspensão, que será aplicada nos casos de residências das faltas punidas com advertência, não poderá exceder a noventa dias, mas aplicara o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 42. O Conselheiro Tutelar será destituído da função nos casos em que:

I- cometer crime ou contravenção penal ou infração administrativa incompatível com o exercício de suas funções;

II- deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, dentro de um ano, sem justificativa;

III- deixar de comparecer, injustificavelmente, a três sessões consecutivas definidas pelo colegiado ou a cinco alternadas, no mesmo ano;

IV- praticar conduta desonrosa no exercício da função;

V- ofender outrem fisicamente no exercício da função, salvo em legítima defesa própria ou de terceiros;

VI- transgredir os incisos I e II do art. 38 desta Lei;

VII- atuar em desacordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e da legislação que afeta a área da criança e do adolescente;

VIII- resta configurado, em processo administrativo disciplinar, falta punível com advertência ou suspensão, após ter sofrido, em processos anteriores, a aplicação de duas penalidades de suspensão não remunerada.

Art. 43. A decisão em processo administrativo deverá conter relatório, fundamentação e conclusão.

Art. 44. A destituição da função por infringência do art.34, Incisos VII e VIII incompatibiliza o Conselheiro Tutelar para novo pleito pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**SEÇÃO XII
DA SINDICÂNCIA**

Art. 45. As denúncias ou notícia de irregularidade contra conselheiros tutelares serão encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, que após apurada deverá ser encaminhada ao ministério público para as providências cabíveis.

Parágrafo Único. As denúncias podem ser por escrito ou orais, sendo estas reduzidas a termo.

Art. 46. Salvo as denúncias apresentadas pelo Ministério Público acompanhadas de termo de declaração, nos demais casos e processo se iniciara com oitiva de quem estiver fazendo a denúncia.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

Art.47. Em caso de abertura da sindicância, o prazo para a conclusão será de sessenta (60) dias, a contar da publicação da Resolução que indicara o seu objeto, e prorrogáveis ao máximo por trinta (30) dias.

Art.48. O processo de sindicância será sumário, com ampla defesa ao sindicando, podendo ser realizadas diligências, perícias e oitivas de testemunhas e pessoas envolvidas para o esclarecimento da questão.

Art. 49. A comissão de sindicância tem, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I- apurar responsabilidade funcional;
 - II- apreciar e investigar as representações atinentes à atuação em desconformidade com a Lei;
 - III- apurar responsabilidade funcional decorrente do exercício irregular de atribuições dos Conselheiros Tutelares;
 - IV- promover investigação sobre o comportamento ético, social e funcional dos Conselheiros Tutelares;
 - V- reunir elementos informativos para formação de convicção em torno dos fatos e condutas;
 - VI- recorrer a perícias, diligências, revisões e outros meios cabíveis à elucidação da controvérsia processual;
 - VII- promover acareação entre as partes inquiridas quando necessário;
 - VIII- emitir relatório conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do Conselheiro Tutelar, remetendo ao pleno do CMDCA para conhecimento e adoção de providência;
- Art.50.** A comissão de sindicância será constituída por, no máximo três dos membros do CMDCA.

**SEÇÃO XIII
DO PROCESSO DE SINDICANCIA**

Art. 51. O processo de sindicância para apurar os fatos ilícitos contra Conselho Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por uma comissão Administrativa Disciplinar formada por membros do CMDCA.

Art. 52. No processo de sindicância, será assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo Único- comparecendo, o indiciado assumirá o processo no estado em que se encontra.

Art. 53. Constatadas as faltas a que se referem os artigos 34 e 35 a comissão de Sindicância encaminhará ao Ministério Público para adoção das medidas legais.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE**

Art. 54. O processo de sindicância será público, mas poderá ser conferido caráter sigiloso para preservar a integridade física, psicológica ou moral dos envolvidos.

Art. 55. Instaurado o processo de sindicância, o acusado será notificado, com antecedência mínima de 48 horas da data em que será ouvido pela comissão.

Parágrafo Único- O não comparecimento injustificado não impede a continuidade do processo.

Art. 56. Ouvido o acusado, este terá cinco dias para apresentar sua defesa previa, sendo-lhe facultada vista dos autos em Secretaria, podendo fotocopiar peças.

Art.57. Na defesa previa, podem ser anexado documentos e o rol de testemunhas, em até três por fato imputado.

Art.58. Ouvir-se-ão primeiro as testemunhas de acusação e posteriormente as de defesa, que serão notificadas da data de seus depoimentos.

Parágrafo Único- o não comparecimento não obstará o prosseguimento da instituição.

Art.59. Encerrada a instrução, as partes poderão alegar razões finais ou a requererem para apresentação em cinco dias.

Art. 60. Após as razões finais, havendo indícios de infração administrativa ou prática de crime a Comissão de Sindicância terá cinco dias para encaminhar o processo de apuração ao Ministério Público.

Art.61. Na hipótese de improcedência por falta de prova, o processo será arquivado, podendo ser reaberto se novas provas forem produzidas no prazo de seis meses.

Art. 62. A decisão do CMDCA sobre o processo administrativo disciplinar será publicada no Diário oficial sob a forma de resolução.

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 63. A definição da política de atendimentos aos direitos da criança e do adolescente será estabelecida com base em diagnóstico da realidade do município de Porto Grande elaborado mediante pesquisa científica sobre responsabilidade do CMDCA, com a colaboração do Conselho Tutelar.

Art. 64. O mandato dos atuais Conselheiros Tutelares encerra em 10 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único- o Conselheiro Titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art.65. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

Art.66. Esta Lei entra em vigo na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Elias de Freitas Trajano, Sede do Poder Executivo Municipal, em 01 de Abril de 2015.


ANTONIO DE SOUSA PEREIRA
Prefeito Municipal de Porto Grande

